

The background of the book cover is a textured, painterly illustration. It depicts a landscape with a large, dark silhouette of a person in the foreground, looking out over a town or village. The town features several buildings, some with red roofs, and a tall utility tower. The sky is filled with soft, white clouds. The overall style is reminiscent of a watercolor or oil painting.

Movimentos Sociais na Cidade e no Campo

olhares e questões
contemporâneas

organização:

Cibele Saliba Rizek

Lindijane Almeida



alameda

Copyright © 2022 Cibele Saliba Rizek e Lindijane Almeida

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Edição: Haroldo Ceravolo Sereza/ Joana Monteleone

Editora assistente: Danielly de Jesus Teles

Projeto gráfico e diagramação: Amanda Martinez e Sá

Capa: Ana Luiza Gonçalves

Assistente acadêmica: Tamara Santos

Revisão: Alexandra Colontini

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

M897

Movimentos sociais na cidade e no campo: olhares e questões contemporâneas /
organização Cibele Saliba Rizek, Lindijane Almeida. - 1. ed. - São Paulo : Alameda,
2022. 506 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5966-096-4

1. Movimentos sociais. 2. Planejamento urbano. 3. Planejamento regional. 4.
Política habitacional. I. Rizek, Cibele Saliba. II. Almeida, Lindijane.

22-76043

CDD: 363.580981

CDU: 351.778.532(81)

Alameda Casa Editorial

Rua 13 de Maio, 353 – Bela Vista

CEP 01327-000 – São Paulo, SP

Tel. (11) 3012-2403

www.alamedaeditorial.com.br

Planejamento autônomo e ação política na produção da cidade:

movimentos, mobilizações e direito à cidade no Brasil contemporâneo

Giselle Tanaka
Fabrício Leal de Oliveira
Luis Régis Coli

Introdução

No século XXI, ações de resistência e luta social se desenvolveram em várias cidades do Brasil protagonizadas por populações ameaçadas de remoção. A realização de megaeventos internacionais (Olimpíadas e Copa Mundo, principalmente) abriu novas frentes de intervenção urbana em um ciclo de investimentos públicos que impulsionaram o avanço do setor imobiliário sobre bairros populares, acelerando os processos em curso.

Neste texto, nos debruçamos sobre um conjunto de experiências de organizações de moradores contra remoções apoiados por movimentos sociais e assessorias técnicas – na maioria dos casos universitárias – nas cidades do Rio de Janeiro, Fortaleza, Salvador, São Paulo e Belo Horizonte. O Rio concentra a maior parte dos casos, por diversas razões de ordem prática, conjuntural e política: é no Rio que está sediado o projeto de pesquisa¹ que forneceu insumos para as análises aqui apresentadas; o Rio sediou todos os grandes eventos esportivos que ocorreram nas duas últimas décadas no Brasil, especialmente as Olimpíadas de

¹ Desenvolvido no Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ETTERN/IPPUR/UFRJ.

2016, com seus grandes projetos e vultosos recursos; o Rio vem sendo gerido, desde 1993, por uma sequência de prefeitos que construíram vínculos estreitos com elites empresariais que, há muito, reivindicam uma ação mais contundente com relação aos assentamentos populares que ameaçam negócios e projetos de valorização fundiária nas “áreas nobres” da cidade.

Após uma breve apresentação das experiências estudadas, abordamos alguns elementos que têm caracterizado as distintas formas de mobilização, buscando avançar na discussão sobre o planejamento popular realizado fora das instituições governamentais.

Os casos

Todos os casos estudados estão situados em grandes cidades que receberam recursos volumosos para a realização de grandes projetos que implicaram conflitos sociais. A seleção dos casos se deu levando em consideração as diferentes formas de resistência e luta política realizadas por famílias ameaçadas, tendo como parceiros movimentos sociais e seus distintos aliados. Na apresentação sintética que fazemos a seguir, apontamos a principal justificativa da ameaça de remoção, as principais formas de organização para a resistência e os meios de planejamento mobilizados.²

2 Os conflitos envolvem redes mais amplas de agentes e uma complexidade de ações que, na maioria dos casos, se desdobraram por vários anos. Ao longo do texto, estão indicadas algumas das principais referências para maior aprofundamento dos casos selecionados.

Caso (referência)	Cidade, Estado	Ameaça de remoção	Formas de organização e instrumentos mobilizados
Comunidades do Trilho (MONTE <i>et al</i> , 2016)	Fortaleza, CE	Implantação de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) no contexto da Copa do Mundo de 2014.	Elaboração do Dossiê das "Comunidades Ameaçadas de Remoção pelas Obras da Copa" com assessoria universitária. Criação do Movimento de Luta pela Defesa da Moradia - MLDM
Morro da Providência (SÁNCHEZ <i>et al</i> , 2016)	Rio de Janeiro, RJ	Obras de urbanização que privilegiaram interesses turísticos ligados à Operação Urbana Consorciada "Porto Maravilha".	Ação judicial via Defensoria Pública do Estado, com apoio de ONGs, parlamentares e assessoria universitária. Estudo técnico universitário de área atingida.
Pico do Santa Marta (TANAKA, 2017)	Rio de Janeiro, RJ	Alegação de risco geotécnico sem apresentação de laudo oficial.	Elaboração de um contra laudo geotécnico, com apoio de coletivo técnico independente, em defesa da possibilidade de urbanização.
Rocinha - Área do Labouriaux (SØRBØE e BRAATHEN, 2017)	Rio de Janeiro, RJ	Alegação de risco geotécnico no contexto das obras de urbanização do PAC ³ , sem apresentação de laudo oficial.	Ações de contestação do projeto de urbanização articuladas por organização de moradores, movimentos sociais e assessoria universitária.

3 Programa de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal.

Caso (referência)	Cidade, Estado	Ameaça de remoção	Formas de organização e instrumentos mobilizados
Arroio Pavuna (TANAKA, 2017)	Rio de Janeiro, RJ	Construção de obra viária (<i>Bus Rapid Transit</i> - BRT Transcarioca) integrante do projeto "Cidade Olímpica".	Elaboração de projeto de regularização fundiária com assessoria técnica universitária e apoio da Secretaria de Patrimônio da União - SPU/Governo Federal.
Horto Florestal (OBSERVATÓRIO, 2018)	Rio de Janeiro, RJ	Alegação de localização em área de interesse ambiental.	Projeto de regularização fundiária com assessoria universitária e apoio da Secretaria de Patrimônio da União - SPU/Governo Federal. Ações com apoio de movimentos sociais e criação do Museu do Horto.
Ocupação Dandara (MAYER & LOURENÇO, 2016)	Belo Horizonte, MG	Ação de reintegração de posse e projeto de incorporação imobiliária.	Ações jurídicas com assessoria popular, mobilizações em espaços públicos. Elaboração do Plano Diretor de Dandara.
Saramandaia (FERNANDES <i>et al</i> , 2014)	Salvador, BA	Implantação da Via Expressa Linha Viva.	Elaboração de Plano de Bairro para Saramandaia com assessoria universitária. Realização da campanha de comunicação <i>Saramandaia Existe!</i>

Caso (referência)	Cidade, Estado	Ameaça de remoção	Formas de organização e instrumentos mobilizados
Vila Autódromo (VAINER <i>et al</i> , 2013; OLIVEIRA <i>et al</i> , 2016; TANAKA <i>et al</i> , 2018)	Rio de Janeiro, RJ	Obras do Parque Olímpico, principal núcleo de eventos das Olimpíadas de 2016.	Ações de resistência articuladas com uma rede de apoiadores e movimentos sociais. Elaboração de Plano Popular com assessoria universitária. Ações jurídicas via Defensoria Pública do Estado. Campanha de comunicação com o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas.
Vila da Paz (SANTO AMORE <i>et al</i> , 2016)	São Paulo, SP	Implantação de Projeto do Polo Institucional de Itaquera, com implantação do Parque Linear do Rio Verde e construção de estádio para a Copa do Mundo 2014.	Elaboração o Plano Popular Alternativo da Vila da Paz com assessoria universitária.
Região das Vargens (APPV, 2017)	Rio de Janeiro, RJ	Projeto de Operação Urbana Consorciada (OUC) e Plano de Estruturação Urbana (PEU) que altera a legislação urbanística local.	Criação da Articulação Plano Popular das Vargens, formada por moradores e apoiadores. Elaboração de Plano Popular com assessoria universitária.

Um novo ciclo de mobilizações?

As lutas e resistências contra as remoções integram um novo momento de mobilizações populares no Brasil em que movimentos sociais se articulam em novas organizações e coletivos, com novas formas de ativismo. As redes contra as remoções mobilizaram um conjunto de agentes propiciando encontros entre organizações de moradores de bairros ameaçados, lideranças históricas de luta por moradia e pela reforma urbana, ONGs e militantes em defesa de direitos humanos, parlamentares de esquerda e novos ativistas.

Espaços de articulação política foram mobilizados em torno de ações concretas em defesa de bairros ameaçados, como mostra o exemplo dos Comitês Populares da Copa e Olimpíadas. Constituídos nas 12 cidades-sedes da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 como espaços de contestação dos impactos e das violações de direitos relacionados aos megaeventos esportivos, os Comitês se tornaram espaços de unificação de lutas, a despeito de divergências pré-existentes, para o planejamento de ações de resistência e ações de maior fôlego, como o fortalecimento de organizações populares e a realização de campanhas de comunicação.

Os novos espaços políticos que se formaram nos anos 2010 já se colocam, em grande medida, críticos às limitações das lutas sociais do período anterior, que aqui estamos denominando como lutas pela reforma urbana (TANAKA, 2017).⁴ Movimentos

4 As lutas urbanas no Brasil tiveram um ciclo ascendente a partir do final dos anos 1970, com os chamados novos movimentos sociais urbanos e as lutas pela reforma urbana (GOHN, 1997). Nos anos 1990, há um arrefecimento desses movimentos (RIBEIRO e CARDOSO, 1996) e um processo de institucionalização da agenda da reforma urbana que se manifesta no Fórum Nacional de Reforma Urbana, em espaços acadêmicos de elaboração de propostas para o planejamento e a gestão ur-

de luta por moradia e militantes da reforma urbana buscavam novas formas de atuação junto a populações diretamente atingidas, agindo na defesa contra violações de direitos, pressionando por reparações e, ao mesmo tempo, agindo no sentido de conectar as ações políticas em escala mais ampla. As críticas atingem a falta de efetividade dos espaços institucionais conquistados, como os conselhos e conferências estatais de habitação e política urbana e as audiências públicas para aprovação de planos e projetos, buscando abrir novas esferas de atuação, com maior alcance público. As organizações de bairro contra remoções se colocaram como espaço concreto de ação, reunindo esses militantes com organizações populares e novos ativistas em encontros que propiciaram a mobilização de recursos distintos, fruto das trajetórias de lutas políticas de cada agente, e inovações concebidas no calor das lutas em curso. Lideranças de movimentos sociais elaboravam rapidamente manifestos políticos, assim como traziam sua experiência para organização de atos de rua e ocupações; lideranças populares traziam sua prática de produção de panfletos, camisetas e faixas para dialogar com moradores; ONGs traziam suas redes de mídia e comunicação digital, assim como a inserção em agências, conselhos e comitês internacionais; pesquisadores e estudantes universitários mobilizavam profissionais e redes de conhecimento, e assim por diante.⁵

bana, na atuação de ONGs e em prefeituras progressistas (TANAKA; 2017). No campo das lutas sociais, são crescentes os balanços no sentido de registrar uma menor mobilização popular de base quando do direcionamento da agenda da reforma urbana para a agenda de Estado.

- 5 Esses repertórios não são, obviamente, estanques, e eram constantemente reapropriados e reinventados pelos coletivos. Essas redes de agentes tiveram importância determinante no curso dos conflitos, por permitir uma ampla mobilização de recursos tanto no sentido de criar fatos políticos significativos, aproveitando oportunidades, como para agir rapidamente em momentos de ameaça.

À época das manifestações de junho de 2013, esses coletivos já vinham se mobilizando há alguns anos e conseguiram visibilizar suas pautas e incidir no desenvolvimento da maioria dos casos estudados. Autoridades públicas, sentindo-se ameaçadas, abriram espaços de negociação, privilegiando contatos com grupos políticos previamente organizados nas cidades, e houve espaço para a contestação de remoções em curso. No Rio de Janeiro, este foi um momento decisivo, que fez com que a prefeitura anunciasse a interrupção imediata de todas as ações que implicavam em remoções e a abertura de diálogos com os atingidos.⁶

Nas experiências destacadas, foi possível observar alguns elementos que têm caracterizado as distintas formas de mobilização acionadas para resistir aos poderes de ordem estatal e empresarial que visavam sua desterritorialização.⁷ Foi possível perceber como as mobilizações foram, e continuam sendo, capazes de gerar novas solidariedades, alterar a estrutura associativa das classes populares e criar uma pluralidade de novos espaços públicos, ampliando e revitalizando espaços já institucionalizados (MEDEIROS, 2012). Ainda que ações em torno de demandas por habitação, terra, trabalho, equipamentos e serviços coletivos tenham uma longa tradição (MUTZENBERG, 2011), é fundamental que não se ignore o papel contemporâneo das arti-

6 As remoções foram retomadas alguns meses depois, mas, em alguns lugares, como no Morro da Providência, foram de fato suspensas.

7 Vale lembrar que reconhecemos a complexidade inerente à teorização sobre os movimentos sociais, e nos juntamos aos muitos esforços que vêm alimentando este debate, pois, como já apontava Melucci (1994, p.190 *apud* GOHN, 1997), tais movimentos compõem “parte da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas, onde a ação é portadora imediata de tessitura relacional da sociedade e do seu sentido”.

culações em redes e da tecnologia comunicacional,⁸ observados nos casos aqui estudados.

Os instrumentos de mobilização online, na forma de campanhas, têm sido capazes de dinamizar a comunicação entre as pessoas e produzir novas formas de ação, amplamente observados nas mobilizações estudadas, “além de demonstrar seu grande potencial de afetar tanto o cotidiano, quanto a vida econômica, social e política” (MEDEIROS, 2012, p.8).⁹

Observa-se também um alargamento das pautas, para além da “agenda da reforma urbana”, explicitada e institucionalizada no Ministério das Cidades em torno da moradia, transportes e mobilidade urbana, saneamento ambiental e formulação de planos diretores participativos. Os espaços de planejamento populares autônomos permitiram trazer à pauta elementos muitas vezes secundarizados diante das estruturas rígidas dos programas governamentais, ou mesmo da agenda prioritária

8 Sobre articulações em redes, por exemplo, Scherer-Warren (2009, p. 9) destaca que elas: “[...] tem empoderado os movimentos sociais, na medida em que aproximam e criam espaços interorganizacionais, de trocas materiais e simbólicas, comunicação e debate, entre as bases das ações coletivas (incluindo-se aí os espaços comunitários do cotidiano dos grupos subalternos), contando com a mediação de agentes políticos articulatórios (fóruns e redes interorganizacionais diversas), com a possibilidade de participação em mobilizações na esfera pública (marchas, protestos e campanhas), formando assim as redes de movimentos sociais”.

9 Vale ressaltar que alguns desses espaços políticos tiveram duração limitada, como os Comitês relacionados aos megaeventos esportivos, mas observou-se um fortalecimento de espaços mais perenes de organização popular, como o Conselho Popular no Rio de Janeiro (que reúne lideranças populares, assessorias técnicas, a Pastoral de Favelas e a Defensoria Pública do Estado), grupos universitários com engajamento nas lutas populares, como o Lugar Comum, da Universidade Federal da Bahia, que atuou no Plano de Saramandaia, e assessorias jurídicas universitárias e populares em Belo Horizonte, no caso de Dandara.

definida em espaços de decisão distantes do cotidiano popular, como será abordado adiante.

Para além das lutas contra as remoções, importante notar que esse é também um momento de renovação da luta feminista, de multiplicação dos movimentos negros nas periferias, movimentos de mulheres negras, movimentos da juventude e outros movimentos culturais periféricos, que se fortalecem tanto nas ações locais, como nos momentos de tomada dos espaços públicos, como foi junho de 2013 (SCHERER-WARREN, 2014).¹⁰

O planejamento popular autônomo como instrumento de ação política

Nas experiências pesquisadas, as comunidades organizadas para resistir à remoção utilizaram o recurso de elaborar contrapropostas e planos populares como resposta às tentativas do Estado de impor uma solução urbana única. A análise de aspectos relacionados a essas formas de planejamento autônomo em contexto de conflito conduziu à atribuição da noção de *planejamento conflitual* a processos em que o contexto e a natureza do conflito se relacionam diretamente com a forma como o planejamento se realiza e os produtos esperados. O ritmo do conflito e as condições e conjunturas políticas, econômicas e sociais no qual ele se dá intervêm nas formas como o processo de planejamento se desenvolve e como agentes em questão se relacionam para realizá-lo, seja no se refere à abran-

10 Estamos aqui tratando do sentido específico que junho de 2013 teve para os movimentos em questão. Não cabe aqui avançar nos debates em torno dos desdobramentos das manifestações a partir da resignificação dos acontecimentos pela mídia corporativa, ou mesmo da ascensão dos movimentos de direita no Brasil.

gência, escopo e detalhamento do que é incluído no produto, ao cronograma de entrega e à destinação e divulgação dos produtos e, também, à forma como essa divulgação se dá: para quem, em qual mídia, em qual local, envolvendo quais atores (VAINER *et al.*, 2013).

A ameaça de remoção, anunciada pelo Estado, motiva a organização popular, que aciona um conjunto de repertórios para fazer frente aos grupos dominantes, já que a elaboração de um discurso de direitos e a mobilização de recursos políticos se coloca como condição para disputar na arena pública. Os processos estudados têm contribuído no sentido em que criam espaços de diálogo e construção de identidades, de mobilização interna e constituição de discursos, base para a formação de sujeitos coletivos. Em que medida os sujeitos coletivos adquirem de fato autonomia, a forma como se relacionam com uma rede de alianças e sua capacidade de atuar politicamente, são questões a se aprofundar em cada caso.

Abordamos, a seguir, processos que levaram a formas de organização popular que permitiram a populações subalternas enfrentar estruturas de produção do espaço urbano que as excluem. Procuramos discutir as formas como populações ameaçadas articulam aliados para formar o(s) coletivo(s) de planejamento (sujeitos do planejamento), seus repertórios de ação política (como o instrumento de planejamento popular vem se disseminando) e a inserção desses processos nas dinâmicas e ações dos movimentos sociais.

O direito à cidade e as narrativas de resistência

No processo de organização coletiva para a defesa da moradia, populações subalternas elaboram um discurso que confere unidade e legitimidade à sua ação, uma narrativa que con-

forma uma história compartilhada e um discurso de direitos, e leva à composição de alianças (em torno desse discurso) para se contrapor a um projeto que se apresenta sob o argumento de “interesse público”, sustentado por um discurso técnico.

A análise dos casos apresentados revela um elemento persistente: a existência de uma construção teórica consolidada sobre a função social da propriedade não tem sido um fator determinante nas decisões políticas e judiciais relativas aos conflitos urbanos. Nas situações estudadas, assim como é perceptível a ausência de respostas urbanísticas capazes de contemplar as demandas populares, é evidente o déficit democrático nos parâmetros dominantes de ação do poder público em circunstâncias que envolvem ameaças de remoção. Direitos constitucionais já regulamentados pelo Estatuto da Cidade têm sido continuamente violados e ignorados diante das interpretações dominantes entre os juízes e autoridades brasileiras acerca do direito de propriedade em demérito de sua função social.

Ainda que a produção legislativa tenha sido intensa desde a promulgação da Constituição de 1988, aprofundando as bases da chamada “nova ordem jurídico-urbanística brasileira”, esta ordem vem sendo assimilada e aplicada de forma lenta e desigual, carecendo de maior efetividade especialmente no âmbito do Poder Judiciário (FROTA, 2015, p. 37-38).

As lutas sociais que levaram a esses avanços no quadro legal e institucional, se de um lado não lograram sua efetivação na prática dos poderes públicos, por outro constituíram um campo de direitos em disputa, que vem sendo acionado por movimentos sociais urbanos (TANAKA, 2017). Nas resistências contra as remoções, o discurso de direitos está presente na afirmação de identidades a de bairros populares e da legitimidade das reivin-

dicações populares, afirmando-se como forma de pressão pela abertura de espaços de negociação política.¹¹

Diante de relações que lhes são amplamente desfavoráveis, moradores ameaçados são confrontados com um arbítrio reiterado que busca a inculcação forçada de uma condição inferior, de naturalização de uma subcidadania. As invasões de suas casas e as remoções forçadas, realizadas brutalmente no decorrer de operações policiais, constituem uma modalidade de sujeição e naturalização desta inferioridade legal, impostas aos seus lares e a suas famílias, cujas autonomia e intimidade são metodicamente desrespeitadas e negadas, sendo comuns e exacerbadas as agressões e arbitrariedades contra as mulheres (OLIVEIRA, 2014).¹² O que se apresenta, nesse sentido, é um cenário de interesses privados e governamentais que coloca em questão as possibilidades concretas de mitigação dos conflitos urbanos no Brasil, um país marcado por um rígido controle social exercido através de políticas de “segurança” de caráter notoriamente violento (GRAHAM, 2011, p. 4).

Para dispor dos territórios populares, frequentemente em associação com interesses imobiliários, o Estado se utiliza do discurso arraigado no senso comum que criminaliza as ocupações populares e aciona táticas de desinformação que impõem às famílias uma negociação desigual no processo de remoção. São procedimentos de intimidação e ameaça psicológica que podem chegar à violência aberta, no contexto dos quais lhes são feitas ofertas e ameaças, simultaneamente.

11 Observa-se que ter “consciência de seus direitos” mostra-se insuficiente nesse quadro, em que se faz necessário avançar na luta política.

12 Vale lembrar, por sua vez, que também são mulheres muitas das protagonistas das ações coletivas de resistência aqui destacadas.

Os casos de resistência, por sua vez, vão no sentido de se contrapor a essa condição articulando múltiplos recursos para desconstruir argumentos mobilizados pelos agentes de poder, conquistar legitimidade em sua ação política e ter seus direitos reconhecidos. Em alguns casos, conseguem ir além e colocar em questão as próprias estruturas dominantes de produção do espaço urbano.

No caso das Comunidades dos Trilhos, o Dossiê elaborado pelos moradores se baseia na narrativa dos mais velhos e na caracterização das comunidades pelos elementos que lhes são importantes em sua vivência, como forma de afirmação de sua identidade coletiva e de defesa de seus direitos. A afirmação dos direitos passa pelo reconhecimento da condição de cidadania conquistada, demonstrada pelas histórias de vida compartilhada, coletiva, de construção do bairro. O coletivo político formado para resistir mobilizou aliados externos e conseguiu visibilidade através da mídia e de atos públicos e o reconhecimento de sua condição de bairro, reduzindo drasticamente o número de famílias removidas para a realização das obras previstas pelo Governo do Estado.

Saramandaia (BA) passou por um processo semelhante no sentido em que o plano, como instrumento técnico, teve um papel menor do que enquanto meio de mobilização. Em uma área populosa, com cerca de 13 mil habitantes, o processo de elaboração do plano motivou a unificação das três associações de moradores existentes e promoveu uma articulação política de moradores e apoiadores para intervir em audiências públicas e realizar atos e campanha pela defesa do bairro. O direito à existência na cidade, na forma “autoconstruída” pelas famílias foi o centro da campanha “Saramandaia Existe!”.¹³

13 Ver em <https://www.youtube.com/watch?v=d1EqgxmlFPk>

O movimento contra a remoção do Horto, no Rio de Janeiro, acionou a história de vida das famílias, “seus tradicionais habitantes”, no Museu do Horto¹⁴ para afirmar pelas suas narrativas o direito à moradia naquele lugar. Denunciou-se a violência do Estado, motivado por interesses privados, reivindicando-se o direito à moradia e à cidade.

Essas comunidades afirmam que não são as condições de precariedade e informalidade que lhes são impostas que determinam sua existência. Há uma luta pelo reconhecimento enquanto bairro popular, pelo reconhecimento das casas construídas, pelo seu modo de produzir cidade, que lhes garantiu uma condição de vida valorizada, da qual não abrem mão. Através da organização coletiva, lutam pelo direito de continuar sua história com autodeterminação. Os processos de planejamento, as mobilizações e articulações políticas, as ações que dele se desdobram, abrem horizontes de construção democrática que estavam sendo negados pelo próprio Estado.

Os sujeitos do planejamento popular e os espaços de ação política

A relação entre a organização popular e a assessoria técnica tem como uma das questões centrais o protagonismo popular nos processos e nos resultados do planejamento. Há uma tensão latente em se tratando de alianças constituídas em torno de um conflito em curso, na emergência da ação política e entre agentes distintamente posicionados. Desde os anos 1960, pelo menos, movimentos sociais do campo e da cidade se articulam com militantes e assessorias técnicas para planejar e realizar ações políticas e o debate em torno do lugar das assessorias técnicas nas lutas

14 <http://www.museudohorto.org.br>

populares ganha múltiplos desdobramentos com a ampliação da prática a partir dos anos 1990.¹⁵ No debate atual em torno do papel das assessorias, reconhece-se uma gama de atuação que vai da prestação de serviços (em geral relacionada à implementação de programas governamentais) à ação engajada nas lutas sociais.

Nos casos dos contra laudos elaborados para as situações de risco do Pico do Santa Marta e da Providência (RJ), trataram-se de produtos técnicos específicos que respondem a demandas de contraposição do argumento técnico do poder público para a remoção, com conteúdo elaborado por profissional militante, que se coloca a serviço do reconhecimento dos direitos da população ameaçada, mas procura manter uma distância clara entre “profissional/técnico” e “população/cliente”. Situações semelhantes se deram nos casos do Horto e Arroio Pavuna (RJ), em que as assessorias, informadas por processos com participação dos moradores, elaboraram produtos técnicos específicos, a serem mobilizados nas lutas e negociações dos moradores frente ao poder público. O produto “plano de regularização fundiária”, nesses casos, tem sido menos decisivo para a resistência da comunidade do que outras ações como atos de rua, barricadas e mobilização de apoiadores em ameaças de reintegração de posse, além da participação das lideranças em audiências públicas e reuniões com órgãos públicos com poder de decisão.

Há situações em que há uma maior fusão de papéis, com uma apropriação popular do domínio da linguagem técnica, ao mesmo tempo em que a narrativa popular orienta o produto. Esse seria o caso do Dossiê das Comunidades do Trilho (CE)

15 Em São Paulo, em decorrência do programa de provisão de moradia popular por mutirão com contratação de assessoria técnica indicada por organizações populares da gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-92) “Funaps Comunitário”, registra-se que chegaram a atuar na cidade 23 assessorias técnicas.

em que profissionais da universidade e moradores definiram em conjunto o conteúdo e o formato do produto. Os moradores atuaram igualmente como pesquisadores, realizando entrevistas e levantamentos de suas comunidades, e as decisões sobre o conteúdo final do dossiê foram também tomadas conjuntamente, tendo moradores participado inclusive da redação. A elaboração do dossiê foi central no movimento de mobilização e como meio de integração das diversas comunidades atingidas.

Mais complexo é o caso do Plano Diretor de Dandara, ocupação que conforma uma aliança entre movimentos de luta por moradia (tradicionais e novos), as Brigadas Populares, o Movimento Sem Terra, assessoria técnica universitária, lideranças políticas de movimentos sociais tradicionais, novos ativistas e famílias sem teto em luta por moradia, com apoio expressivo da Comissão Pastoral da Terra (MAYER & LOURENÇO, 2016). Além de expressar a construção coletiva do movimento e a vontade popular, o Plano Diretor, deveria servir de base para a defesa jurídica da ocupação quanto a condicionantes ambientais e legais. Por outro lado, enquanto as diretrizes de elaboração do projeto pela assessoria técnica definidas pelas lideranças da ocupação defendiam formas de gestão comunitária da terra, com lotes coletivos e destinação de grandes áreas para usos comuns, a maior parte das famílias desejava o máximo de aproveitamento do terreno para lotes privados unifamiliares, o que terminou por levar à elaboração de um projeto “conciliatório”, atendendo ao desejo de lotes individuais das famílias e reservando algumas áreas para usos comunitários.¹⁶

16 Conforme apontam Mayer e Lourenço (2016, p. 336), a ocupação do território “também reproduz práticas sociais, políticas e urbanísticas próprias de uma ordem social ainda subjugada à propriedade privada, à competição, ao individualismo, às opressões, ao medo e ao egoísmo”.

Em Vila Autódromo e Vila da Paz, seguindo metodologias participativas, os moradores foram envolvidos em todas as etapas de planejamento, desde a pactuação da metodologia a ser realizada, no desenvolvimento do trabalho e tomadas de decisões e, ao final, a assessoria técnica consolidou um produto que foi submetido à assembleia popular para aprovação.

No caso das Vargens, com o envolvimento direto dos moradores na direção dos trabalhos e na elaboração de diagnósticos (ou leituras das questões locais), a assessoria técnica foi muito menos autônoma em seu poder de apresentação de cenários alternativos para decisão, ainda que, como todo ator envolvido, tenha interferido decisivamente nos processos.

Observando de perto o caso da Vila Autódromo, constata-se que a direção ou protagonismo na orientação dos processos de planejamento autônomos são fluidos e dependentes da conjuntura. Além dos moradores e militantes, sujeitos que legitimam os planos como “populares” ou “comunitários”, e das suas eventuais assessorias técnicas, há influências decisivas que intervêm indiretamente ou diretamente no processo. Muitas vezes os moradores atendem, em suas propostas, a expectativas dos diversos agentes que se distribuem em um elenco variado de “apoiadores”, seja em função das inserções particulares que cada morador tem em determinados movimentos e articulações sociais, seja em função de assumirem, em alguns momentos, a responsabilidade ética de representarem interesses gerais – como dos atingidos por remoções relacionadas a grandes projetos. São posições que tendem a ser episódicas e de curta duração, em função da emergência das situações específicas relacionadas ao conflito, mas que podem influir em momentos de tomada de decisão.

Esse conjunto de agentes “externos”, que vem sendo denominados de “apoiadores”, por sua vez, atua diretamente no

papel de legitimação técnica do produto do planejamento perante o poder público e perante a sociedade. São eles, muitas vezes, que vão conferir condições políticas para que grupos subalternos se vejam capazes de contestar decisões tomadas por grupos de poder que lhes ameaçam, abrindo espaços onde denúncias possam ser expressas abertamente e direitos reivindicados, sem medo de retaliações, e propostas alternativas possam ser consideradas e equiparadas às propostas “oficiais”.

No Rio de Janeiro, identificamos um conjunto diverso de agentes que intervêm nos conflitos observados na década de 2010, que vão se confrontar em diferentes níveis com a Prefeitura, o Governo do Estado e seus muitos parceiros privados (os mais onipresentes são incorporadores imobiliários e empreiteiras de obras públicas). Entre eles, pode-se destacar a Defensoria Pública do Estado, movimentos sociais pelo direito à moradia, movimentos relacionados à agroecologia (Vila Autódromo e Vargens), funcionários de órgãos públicos que assumem a defesa da proposta comunitária (como os casos de técnicos da Secretaria de Patrimônio da União em Arroio Pavuna ou de professores do ensino médio nas Vargens), coletivos sociais os mais diversos (cultura, mobilidade urbana etc.), articulações sociais temporárias, como o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, Igrejas locais, entre outros. Esses agentes estiveram presentes, com maior ou menor integração ao coletivo de resistência, dependendo de momentos específicos do conflito.

Além disso, os territórios de conflito são marcados de forma indelével pelas histórias de luta específicas, por fracassos ou sucessos anteriores (como é o caso de muitos moradores que foram/são lideranças sociais em movimentos de moradia, agroecologia, mobilidade, conselheiros municipais de saúde, educação, etc.) e, também, por conjunturas de poder

e controle público ou privado que constroem ou estimulam, em diferentes graus, os processos de articulação social, mobilização e, em última análise, as definições incluídas nos planos e estratégias de ação.¹⁷

No Morro da Providência, o Fórum Comunitário do Porto, formado por assessorias parlamentares, grupos universitários, ONGs e participação variável dos moradores ao longo do tempo, com momentos de maior e menor engajamento, teve uma grande importância para a resistência contra as remoções relacionadas ao projeto de urbanização, sendo capaz de, junto com o NUTH/Defensoria Pública do Estado, barrar temporariamente as obras. O contra laudo, elaborado por um coletivo técnico associado ao NUTH e a movimentos sociais autônomos, foi um instrumento importante para contestar a delimitação das áreas de risco geotécnico da prefeitura.

Já na região das Vargens, a relação íntima entre morar e plantar dos moradores antigos foi fundamental para construção de elos pessoais e políticos com movimentos pela agroecologia e preservação das florestas e mananciais locais. Por outro lado, muitas lideranças do Plano Popular das Vargens são antigos militantes de movimentos sociais por moradia (como o extinto MUP – Movimento União Popular), o que colaborou de forma importante – assim como em Vila Autódromo – para a articula-

17 A mobilização social de Vila Autódromo não pode ser entendida sem uma leitura da organização dos fiéis católicos articulados na Igreja de São José Operário, sem considerar a inserção de determinadas lideranças no Comitê Popular da Copa e em movimentos sociais de moradia do passado recente (anos 1990) ou sem uma análise do histórico de atuação do Núcleo de Terras e Habitação (NUTH) da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro em defesa de moradores de favela e/ou atingidos por projetos públicos.

ção e mobilização social que garantiu um amplo leque de apoiadores às iniciativas autônomas de planejamento.

Ainda que sob um contexto difícil,¹⁸ a Articulação Plano Popular das Vargens envolveu representantes de movimentos pela agroecologia, membros de associações de moradores, lideranças de movimentos populares por acesso à moradia, professores do ensino secundário e outros moradores locais na realização de atividades de formação, reuniões, assembleias e audiências públicas que terminaram por aprovar uma proposta de plano alternativo para a região das Vargens. A presença dos “apoiadores” para a realização desse processo de planejamento e o caráter “técnico” de levantamentos, reuniões e assembleias garantiu a possibilidade de constituição do espaço político de convergência desses diversos agentes, conformando uma unidade de ação.

Por outro lado, em cada flutuação da conjuntura, cada momento do embate, os conflitos internos dos processos de planejamento popular mudam e, com eles, mudam as lideranças que encabeçam ou intervêm mais decisivamente nos processos de planejamento. Os diferentes opositores envolvidos requerem, também, mudanças nas estratégias discursivas. Em cada situa-

18 Vargens é, também, território amplamente dominado pela Milícia, grupos paramilitares que intermediam e controlam parcialmente o acesso a serviços públicos em assentamentos de baixa renda, extorquem os moradores por supostos serviços de segurança em determinadas localidades e rejeitam as mobilizações sociais e políticas fora do seu controle. O conhecimento das histórias de assassinatos de lideranças populares de movimentos de moradia no passado recente e a presença (invisível para quem é de fora e ostensiva para os moradores) das milícias na maior parte da região oeste do Município do Rio de Janeiro contribui para criar um ambiente opressivo que constrange as lideranças locais e as suas formas de organização, muitas vezes inviabilizando reuniões e outras iniciativas coletivas, assim como depoimentos para processos de pesquisa.

ção, dependendo dos agentes opositores ou apoiadores envolvidos, os moradores/militantes podem se apresentar como sujeitos protagonistas do processo, ou como participantes de um processo liderado pela assessoria ou movimento social, caso isso confira – a critério dos moradores – maior legitimidade, ou mais avanços no que se refere à sua agenda de demandas.¹⁹

Considerações finais

No Brasil, a produção acadêmica sobre planejamento popular tem significativa influência da literatura sobre planejamento insurgente, comunitário progressista ou radical, construída com base em experiências dos países centrais e, especialmente, das grandes cidades estadunidenses, quando resistências às grandes obras modernistas da década de 1950 e 1960, principalmente, inspiraram mobilizações e planos comunitários, especialmente em Nova Iorque (Angotti, 2008). De fato, em especial com relação aos casos cariocas, objeto de maior envolvimento da nossa pesquisa, a análise dos casos contribui para revelar as limitações de noções e conceitos importados como instrumentos de análise dos processos de planejamento autônomo no Brasil, ainda que deva ser

19 A emergência da situação pode alterar decisivamente o protagonismo na definição das estratégias de ação, como é o caso, por exemplo, dos embates jurídicos em torno da expedição de decretos de desapropriação para fins de utilidade pública ou dos mandatos que permitem a demolição de moradias e, também, no confronto físico com a polícia. Nesses casos, geralmente pontos culminantes de toda a disputa, a Defensoria Pública e outros apoiadores no campo jurídico assumem a liderança e encabeçam as ações, o que pode ter efeitos importantes na condução do conflito. Afinal, concentrar as estratégias de confronto com o poder público no campo jurídico e institucional implica depois ter que lidar com decisões muitas vezes desfavoráveis de um poder judiciário extremamente conservador, especialmente no que diz respeito à propriedade.

destacado o potencial heurístico das análises de Miraftab (2009), Angotti (2008) e outros autores que se preocuparam em analisar práticas e processos em curso nas periferias globais e das grandes cidades. Daí a importância de caracterizar com base empírica sólida o que aqui apresentamos como *planejamento conflitual*.

A leitura de Holston (1998) sobre as favelas cariocas, por exemplo, apresentadas pelo autor como espaços do “urbanismo insurgente”, poderia apoiar a caracterização da Vila Autódromo como experiência autônoma de construção de um espaço da cidade, apesar do poder público e de suas regras. Ali, os moradores simultaneamente se queixavam das omissões dos poderes públicos e se orgulhavam de terem construído, com suas próprias mãos, o bairro que amavam e no qual gostariam de permanecer (VAINER *et al*, 2013). Mas seria difícil conceituar como “insurgentes” muitas práticas de exploração presentes na maioria das favelas, especialmente no que se refere à construção de minúsculas habitações para aluguel, quase sempre a preços exorbitantes (KAWAHARA, 2016). Na verdade, os agentes em disputa na produção do espaço da favela conformam um ambiente complexo que apenas em casos e conjunturas específicas poderia proporcionar as condições necessárias para aglutinar mobilizações sociais que resultassem em movimentos contra-hegemônicos. Da mesma forma, as práticas informais de apropriação social do espaço nas periferias urbanas e favelas incluem não apenas coletivos organizados e distribuição democrática da terra ocupada, mas, também, violentas grilagens de terra, organizadas de forma autoritária por milicianos e outros agentes.

Contribuição que merece maior destaque é a de Faranak Miraftab (2009), que divide em dois os espaços nos quais atuam as organizações políticas que a autora denomina como “insurgentes”: os espaços *convidados*, espaços institucionais, sancionados,

de participação da população, e os espaços *inventados*, espaços de contestação política, onde se criam e se fortalecem movimentos contra-hegemônicos. Ainda que, nos casos brasileiros, os espaços convidados sejam limitados e muitas vezes até fechados à participação dos grupos que o Estado insiste em não reconhecer.

No caso das experiências de resistência à remoção no Brasil, é importante analisar os espaços de negociação política - muitas vezes temporários e não institucionalizados - onde os sujeitos políticos conseguiram abrir algum espaço no Estado onde sua fala contou com certo reconhecimento e legitimação. Nesses, embora permaneçam as disparidades de poder e recursos políticos, autoridades públicas são forçadas a comparecer, e inclusive negociar os termos de participação. São espaços transitórios e reivindicados enquanto esferas públicas, embora com as limitações impostas pelas dinâmicas de poder (TANAKA, 2017). Esses espaços políticos criados foram resultado da pressão política realizada por sujeitos políticos que tensionaram as estruturas existentes, exigindo condições democráticas de decisão. Essas soluções transitórias podem permitir avanços capazes de gerar resultados efetivos, que dependem, por sua vez, do contexto em que se inserem, do alcance da ação política dos grupos subalternos e de sua capacidade de manter a pressão política e a visibilidade pública.

Na grande maioria dos casos brasileiros de processos de planejamento em contexto de conflito social e outras iniciativas coletivas que culminam na formulação de propostas de ação e estratégias de intervenção, especialmente no caso de conflitos entre moradores ameaçados por projetos públicos ou privados, as vitórias (ainda que pequenas e parciais) dos moradores depende de ações ou investimentos do poder público. O que significa que os espaços "convidados" de participação,

promovidos e controlados pelo poder público, podem ser tão disputados quanto os “inventados” pelos moradores e ativistas sociais. Menos contra-hegemônico do que sugere Mirafteb (2009), o planejamento apresentado como insurgente ou radical na literatura norte-americana é na verdade mais pragmático no que se refere à participação em processos conduzidos pelo poder público que abra alguma negociação que possa resultar em avanços positivos com relação à aceitação (ainda que parcial) da proposta produzida fora do Estado. Assim, ainda que conscientes da manipulação política, os moradores de Vila Autódromo aceitaram participar de uma rodada de dois meses de negociação com a Prefeitura, já que esta acenava com a possibilidade de urbanização do assentamento. Como apontam Oliveira *et al* (2016), a negociação não resultou em nenhuma alteração da proposta da Prefeitura para destruição total do assentamento, mas, pela primeira vez, a Prefeitura reconheceu de forma concreta a possibilidade de permanência de uma parte dos moradores em novos prédios na mesma região, o que implicou o reconhecimento (ainda que parcial) do direito dos moradores àquele território.

Por outro lado, no Brasil, conceituar como “radical” um processo autônomo de planejamento exigiria uma ruptura maior com as formas de produção e apropriação social do espaço urbano e com as instituições públicas do que aquela associada à luta pelos direitos civis nos EUA e que originaram toda uma interpretação dos sentidos atribuídos aos movimentos “radicais” norte-americanos. No Brasil, os sentidos atribuídos à noção de “radical” certamente se relacionam com os processos que confrontam diretamente um dos pilares centrais da sociedade brasileira, a propriedade imobiliária, mas deveriam implicar, também, uma ruptura com processos de gestão e de apropriação social do espa-

ço que não está presente na maioria dos casos examinados. Muito mais “radicais” do que os processos de planejamento autônomo ou conflitual analisados neste texto, são os movimentos de ocupação de terra e prédios ociosos com atuação no campo e nas grandes cidades brasileiras (que, também, com certeza, são planejados e obedecem a estratégias coletivas organizadas).

É importante, também, destacar duas outras questões que nos permitem diferenciar os casos estudados.

Primeiro, com relação à diferença dos contextos que abrigam os processos: alguns processos se dão em contextos mais conflituosos, em situações mais emergentes do que outras, o que interfere diretamente no ritmo do processo, nos métodos e nos produtos elaborados. No caso de Vila Autódromo, por exemplo, foi produzido um plano preliminar quatro meses depois de iniciado o processo de planejamento, porque a dinâmica do conflito exigia essa resposta, tanto no que se refere à ameaça externa de remoção pela Prefeitura, quanto pela necessidade de agilizar a mobilização interna para aglutinar os moradores em torno de uma estratégia de ação. É o que chamamos de planejamento conflitual, rótulo que cabe muito bem para os casos de Vila Autódromo e Dandara, por exemplo, e menos para outros contextos em que as pressões não foram pequenas, mas os processos de planejamento popular seguiram cursos menos pressionados pelo tempo e com maior tempo para avaliação da situação, elaboração de propostas etc.

Essa diferença na dinâmica evidentemente interfere no conteúdo e na coleta de informações, e o ritmo do conflito pode fazer, também, com que o processo de elaboração do plano se entrelace de forma muito próxima com a mobilização pela resistência. Também pode, em alguns casos, concorrer para que assessoria tenha uma interferência maior do que a desejável – no

sentido de assumir a liderança dos processos – na definição do escopo dos planos, na avaliação das condições de possibilidade de intervenção na situação que gerou o conflito.

Segundo, há a questão da escala, seja no que se refere aos campos de disputa do conflito ou ao conteúdo das propostas incluídas nas ações e planos populares. Enquanto alguns planos e ações se referem estritamente a questões locais, outros articulam diferentes escalas de manifestação e luta, como no caso de Vila Autódromo. Tanto pela sua ligação com o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas, quanto pela visibilidade que atraiu a partir das suas estratégias originais de resistência, Vila Autódromo se transformou no símbolo de uma campanha nacional contra remoções, e que atraiu a atenção da mídia internacional, por conta, certamente, das Olimpíadas 2016. Por outro lado, o plano popular não precisa estar restrito às temáticas que incidem diretamente sobre o direito de permanência frente a ameaças de remoção, mas refletir sobre outros embates mais amplos, nem sempre tratados pelo planejamento estatal ou popular, como no caso da defesa da agroecologia e pelo direito de morar e plantar no Plano Popular das Vargens, também relacionado, nesse caso, à visibilização de territórios e identidades culturais quilombolas. Ainda que os planos populares não possam detalhar propostas amplas que abranjam toda a cidade, podem propor definições gerais com relação a esses e outros temas que potencialmente impulsionam o embate para outras escalas e ampliam o leque de apoiadores

Finalmente, é importante salientar que, enquanto os moradores e movimentos tentam criar espaços de interlocução com o estado ou ampliar o espaço governamental cedido para participação e decisão – uma tentativa de “perversão” dos espaços “convidados” -, o poder público – quase sempre a Prefeitura - busca interferir nos processos autônomos de mo-

bilização e deslegitimar os espaços “inventados” fomentando dissensões internas, produzindo desinformações, cooptando determinados atores, entre as muitas estratégias observadas. É na tensão permanente entre esses dois polos que se desenvolvem os processos de planejamento popular.

Referências

- ANGOTTI, Thomas. *New York for Sale: Community Planning Confronts Global Real Estate*. Cambridge: The MIT Press, 2008.
- ARTICULAÇÃO Plano Popular das Vargens (APPV); NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ. Plano Popular das Vargens. Rio de Janeiro: APPV; IPPUR/UFRJ, 2017.
- FERNANDES, Ana *et al.* Linha Viva, Não! Salvador. In: *ANCOP. Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil*. Rio de Janeiro: ANCOP, 2014.
- FROTA, Henrique Botelho. A Função Social da Posse como Parâmetro para Tratamento dos Conflitos Fundiários Urbanos. *Revista FIDES*, v. 6, n. 1, 2015.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1997.
- GRAHAM, Stephen. *Cities under siege: The new military urbanism*. Londres, Nova York: Verso Books, 2011.
- KAWAHARA, Ivan. A produção do espaço na favela: elementos para a análise do mercado imobiliário. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2018.
- MAYER, Joviano G. M.; LOURENÇO, T. C. B. Belo Horizonte, Cidade Ocupada: o caso da ocupação Dandara. In: OLIVEIRA, Fabricio L.; SÁNCHEZ, Fernanda; TANAKA, Giselle M.M.; MONTEIRO, Poliana (Org.). *Planejamento e Conflitos Urbanos: experiências de luta*. Rio de Janeiro:

Letra Capital, 2016.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Os movimentos sociais como campo de pesquisa nas ciências humanas. *Mundos do Trabalho*, v. 4, n. 7, p. 7-31, 2012.

MIRAFETAB, Faranak. Insurgent planning: situating radical planning in the global South. In: *Planning Theory*, February, vol. 8, 2009. (pp. 32-50).

MONTE, Francisca Silvania S., FREITAS, Rosângela M. SALES, Rita de Cássia L. Comunidades do Trilho: lutas, resistências, conflitos e conquistas no contexto da Copa 2014 na cidade de Fortaleza (CE). *Relatório de Pesquisa*. Fortaleza: UFC, 2016.

MUTZENBERG, Remo. Movimentos sociais: entre aderências, conflitos e antagonismos. In: *Sinais - Revista Eletrônica - Ciências Sociais*. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.09, v.1, Junho. 2011. pp.127-143.

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS, ETTERN/IP-PUR/UFRJ. *Relatório de Conflitos 2017-2018 - Observatório de Conflitos Urbanos*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2018.

OLIVEIRA, Fabricio L.; TANAKA, Giselle M. M.; BIENNENSTEIN, Regina. A batalha da Vila Autódromo: “negociação” e resistência à remoção. In: VAINER, Carlos; BROUDEHOUX, Anne-Marie; SÁNCHEZ, Fernanda; OLIVEIRA, Fabricio L. (Org.). *Os Megaeventos e a Cidade: perspectivas críticas*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. *Mana*, v. 20, n. 1, p. 125-161, 2014.

SÁNCHEZ, Fernanda; MOREIRA, Clarissa; GROSSI, Grasielle; LINS, Mariana; SANTOS, Rosane R.; BENTO, Matheus.

- Cronologia crítica da cidade em disputa: o caso do Morro da Providência no Porto do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, Fabricio L.; SÁNCHEZ, Fernanda; TANAKA, Giselle M.M.; MONTEIRO, Poliana (Org.). *Planejamento e Conflitos Urbanos: experiências de luta*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016. p. 65-112.
- SANTO AMORE, Caio, REIS, Nunes L. e PEREIRA, Rafael B.. De Entrave ao Desenvolvimento a Pessoas com Direitos: A experiência do plano popular alternativo da Favela da Paz em Itaquera. In: OLIVEIRA, Fabricio L.; SÁNCHEZ, Fernanda; TANAKA, Giselle M.M.; MONTEIRO, Poliana (Org.). *Planejamento e Conflitos Urbanos: experiências de luta*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016. p.205-230
- SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais na América Latina: revisitando as teorias. In: Palestra proferida na Mesa Redonda “Ações coletivas, movimentos e redes sociais na contemporaneidade” no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI. *Política & Sociedade*, v. 13, n. 28, p. 13-34, 2014.
- SØRBØE, Celina M. BRAATHEN, Einar. Contentious Politics of Slums. Understanding different outcomes of community resistance against removals in Rio de Janeiro. Relatório de Pesquisa. Oslo: NIBR, 2017.
- TANAKA, Giselle M. M. “Planejar para lutar e lutar para planejar”: possibilidades e limites do planejamento alternativo. Tese de Doutorado. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, UFRJ. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2017.
- TANAKA; Giselle M. M.; OLIVEIRA, Fabricio L.; SÁNCHEZ,

Fernanda; BIENENSTEIN, Regina; BIENENSTEIN, Glauco; VAINER, Carlos; COSENTINO, Renato; MEDEIROS, Mariana; MONTEIRO, Poliana. *Viva a Vila Autódromo! O Plano Popular e a luta contra a remoção*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

VAINER, Carlos; BIENENSTEIN, Regina; Tanaka, Giselle M. M.; OLIVEIRA, Fabricio L.; LOBINO, Camila; SÁNCHEZ, Fernanda; BIENENSTEIN, Glauco. *O Plano Popular da Vila Autódromo: uma experiência de planejamento conflitual*. Anais do XV Encontro Nacional da ANPUR. Recife: ANPUR, 2013.